As Responsabilidades do Advogado no Código Penal Brasileiro

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 12/08/2024



Introdução
O advogado, como profissional essencial à administração da justiça, possui diversas responsabilidades e deveres éticos que devem ser observados no exercício da profissão. O Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940) estabelece algumas dessas responsabilidades, visando à proteção da integridade do sistema jurídico e dos direitos dos cidadãos.

Exercício Ilegal da Profissão (Art. 204)
O artigo 204 do Código Penal tipifica o crime de exercício ilegal da profissão, que consiste em exercer, ainda que a título gratuito, profissão ou atividade econômica regulamentada, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercício. O advogado que atuar sem inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou durante o período de suspensão ou proibição do exercício profissional estará sujeito à pena de detenção de três meses a um ano, além de multa.

Violação de Sigilo Profissional (Art. 154)
O advogado tem o dever de guardar sigilo sobre as informações confidenciais obtidas em razão de sua profissão. O artigo 154 do Código Penal prevê o crime de violação de segredo profissional, que consiste em revelar, sem justa causa,

segredo de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão. A pena prevista é de detenção de três meses a um ano, ou multa, caso a revelação possa produzir dano a outrem.

Patrocínio Infiel (Art. 355)
O artigo 355 do Código Penal tipifica o crime de patrocínio infiel, que ocorre quando o advogado defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias. Essa conduta é punível com detenção de seis meses a três anos, além de multa. O advogado tem o dever de lealdade para com seu cliente e não pode atuar em conflito de interesses.

Sonegação de Papel ou Objeto de Valor Probatório (Art. 356)
O advogado que inutilizar, total ou parcialmente, ou deixar de restituir autos, documento ou objeto de valor probatório que recebeu na qualidade de advogado ou procurador estará sujeito à pena de detenção de seis meses a três anos, e multa, conforme previsto no artigo 356 do Código Penal. Essa conduta prejudica a administração da justiça e viola os deveres éticos do profissional.

Disposições Específicas do Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/1994)
Além das previsões do Código Penal, o advogado também está sujeito às normas do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/1994) e do Código de Ética e Disciplina da OAB. Essas normas estabelecem deveres específicos, como o dever de urbanidade, o dever de não aceitar procuração contra literal disposição de lei e o dever de não reter, abusivamente, autos recebidos com vista ou em confiança.

Conclusão
As responsabilidades do advogado previstas no Código Penal Brasileiro visam garantir o bom funcionamento do sistema de justiça e proteger os direitos dos cidadãos. O advogado, como profissional essencial à administração da justiça, deve pautar sua atuação pelos princípios éticos e legais, evitando condutas que possam prejudicar seus clientes, a sociedade e a

credibilidade da profissão. O cumprimento dessas responsabilidades é fundamental para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

FAQ sobre as Responsabilidades do Advogado no Código Penal Brasileiro

1. Quais são as principais responsabilidades do advogado segundo o Código Penal Brasileiro?
As principais responsabilidades do advogado incluem agir com ética, respeitar o sigilo profissional, evitar a prática de crimes, e não usar de artifícios enganosos em sua atuação.

2. O que significa o dever de sigilo profissional?
O dever de sigilo profissional significa que o advogado deve manter em segredo todas as informações confidenciais recebidas do cliente, salvo em situações onde a revelação seja autorizada ou exigida por lei.

3. Quais são as consequências legais para um advogado que quebra o sigilo profissional?
A quebra do sigilo profissional pode resultar em sanções disciplinares pela OAB, além de possíveis responsabilidades civis e penais, dependendo da gravidade da violação.

4. Como a ética profissional se relaciona com as responsabilidades do advogado?
A ética profissional é fundamental para a atuação do advogado, pois estabelece normas de conduta que visam proteger os direitos dos clientes, a integridade da profissão e a confiança da sociedade no sistema jurídico.

5. O que caracteriza a prática de crimes por parte do advogado?
A prática de crimes por parte do advogado pode incluir ações como fraude, corrupção, falsificação de documentos, e qualquer conduta que viole as leis penais e os princípios éticos da profissão.

6. O advogado pode ser responsabilizado por atos de seus clientes?
O advogado não é responsável pelos atos de seus clientes, desde que não tenha colaborado ou incitado a prática de crimes. No entanto, ele deve agir com diligência para evitar que seus clientes cometam atos ilícitos.

7. Quais são as sanções que um advogado pode enfrentar por agir de forma irresponsável?
As sanções podem incluir advertências, suspensão ou até exclusão da OAB, além de possíveis consequências legais, como processos civis ou penais, dependendo da gravidade da conduta.

8. Como o advogado deve agir para evitar responsabilidades legais?
O advogado deve atuar com diligência, ética e transparência, manter-se atualizado sobre a legislação e as normas da OAB, e sempre buscar a melhor orientação para seus clientes dentro da legalidade.

9. O que o cliente pode fazer se sentir que seu advogado não está cumprindo suas responsabilidades?
Se o cliente sentir que seu advogado não está cumprindo suas responsabilidades, ele pode tentar discutir suas preocupações diretamente com o advogado. Se a situação não for resolvida, o cliente pode apresentar uma reclamação à OAB.

10. Qual é a importância das responsabilidades do advogado no sistema jurídico?
As responsabilidades do advogado são essenciais para garantir a justiça, a defesa dos direitos dos clientes e a credibilidade do sistema jurídico, promovendo a confiança da sociedade na atuação da advocacia.